

# FOLHA DE SÃO PAULO Navegar sem naufragar *cmc p.3*

MIGUEL REALE JR.

10 JAN 1980

**C**onstituição já. Essa a exigência sentida pelos brasileiros. Eleições 88. Esse o outro reclamo das ruas, que constituintes, governadores e até mesmo ministros reconhecem como inafastável.

O retrato fidedigno do presente instante revela o sentimento de se estar sem rumo e sem timoneiro.

Vivemos a sensação do naufrago, na busca de tábuas de salvação em reuniões, conversas que sempre são inconclusivas e desconexas diante da crise que é de todo o dia, decorrente da ingovernabilidade, do descrédito das instituições e dos políticos.

Em suma, reina a anomia, a indisciplina com relação às regras, a anemia das normas de convivência, podendo perigosamente conduzir ao reconhecimento de que se nada vale, então vale tudo.

O vazio do poder é a fonte desse mal e este desânimo expressa o presidente da República que, em recentes falas, reproduz com grande semelhança as manifestações do presidente Figueiredo em seu último ano de governo: o "nenhum valor dos partidos, os políticos estigmatizados de demagogos, a vitimação, a queixa do isolamento em que se encontra, faltando espaço para uma ação catalizadora de vontades e de entusiasmo. Esse clima de desolação espalha-se pela nação, que reage contra esta asfixia, quer novos ares, quer eleições.

O medo da hiperinflação, que por si só gera inflação, e as indefinições da ordem social e econômica na Constituinte fazem refluir os negócios e os investimentos.

O Brasil esquecido, que é o Brasil dos 30 milhões de brasileiros que sobrevivem na miséria, na subalimentação, na doença, nas endemias, completa o quadro nacional. Os

marginalizados não reagirão: habitam conformismo das condições que a vida lhes impõe, aceitando um destino do qual não são donos.

Acrescente-se a este painel sombrio o aumento do sentimento separatista, norte versus sul, com o gravame de que no seio da própria população das regiões vigora cada vez mais a convicção de que separados do Brasil a vida seria melhor. Assim pensa o norte e nordeste, assim pensa o sul e centro-sul.

Risco grande de se ver aumentando este espírito de secessão está na emenda, que conta com cerca de 300 assinaturas, criando-se o sistema de voto ponderado para presidente da República. Isto significa que o voto do acreano valerá 20 pontos e o do paulista um. O número de votos do candidato no Estado do Acre será multiplicado por 20. A soma dos votos ponderados, segundo o peso atribuído a cada um dos Estados, na razão inversa da população, indicará o candidato vencedor à Presidência da República. Afasta-se o critério do voto de igual valor para todos, a população, em favor da indicação ser feita pelas unidades da Federação.

Se a questão básica hoje é construir instituições sólidas e reconhecidas, o problema do regime de governo ressalta, também, como de fundamental importância.

Há emenda parlamentarista com mais de 340 assinaturas. O parlamentarismo, sistema teórico de grandes virtudes, não se adequa, no entanto, ao momento nacional e às eleições diretas. Admitido o parlamentarismo, candidatos presidencialistas, como Brizola, ganharão a eleição contra a Constituição recém promulgada, propondo-se como presidente de verdade,

e não para ser mero magistrado que, com dignidade, respeitará o primeiro-ministro, o chefe de governo, responsável pela administração do país. Desfaz-se assim a estrutura institucional tão necessária de ser sólida para a estabilidade política.

O presidencialismo puro, por outro lado, leva ao divórcio entre os poderes, e ao isolamento vivido por tantos antecessores de Sarney e hoje por ele próprio.

A fotografia da realidade e o elenco dos complicadores indicam que jamais tornou-se tão imprescindível ter os pés no chão e o espírito presidido pelo bom senso e o equilíbrio.

Ter os pés no chão quer dizer afastar as generosas propostas teóricas, no plano político ou econômico. Bom senso significa abandonar as paixões regionalistas, a visão maniqueístas, a tentativa de racionalizar o real pela sua simplificação ou reducionismos.

Na ordem econômica, o equilíbrio está em coibir, como alias já propõe o texto do projeto de Constituição, a estatização e a liberdade de ação das empresas públicas e o remanejamento de verbas. Bom senso e sinceridade, não simplificadora, estão em não se propor a farsa de pretender, com a defesa absoluta da iniciativa privada, transformar cada brasileiro em empresário, deixando a economia livre de controle de qualquer espécie, em renovado sonho iluminista, próprio do século 18.

Bom senso é constatar que não se pode colocar em risco a unidade nacional. É certo propugnar por medidas que reduzam as desigualdades regionais, mas jamais recorrer à criação da animosidade entre brasileiros, votando-se contra a

fidedigna representação dos Estados na Câmara e propondo-se o voto desigual, o voto ponderado para presidente da República, em desprezo à população.

Quanto ao regime de governo, repetindo tese várias vezes defendida, ter pés no chão e bom senso, a nosso ver, significa conscientizar-se dos riscos do parlamentarismo, especialmente para o próprio parlamentarismo. Alias, neste sentido, cresce a idéia da emenda Manoel Moreira, que propõe o presidencialismo parlamentarizado, dando temperos parlamentaristas ao presidencialismo, até mesmo como primeiro passo para que pela experiência política e pela prática, favoreça-se a adoção natural do parlamentarismo. Elimina-se o caráter imperial do presidencialismo brasileiro e evita-se o distanciamento entre Executivo e Legislativo.

Bom senso está, também, em não esquecer dos esquecidos, mantendo-se o texto do projeto quanto à Previdência, que universaliza o atendimento, acolhendo os marginalizados, que vivem de expediente, sem garantias e sem contrato de trabalho, sem presente e sem futuro.

Em síntese, a celeridade dos trabalhos da Constituinte, a criação urgente de nova ordem institucional, mudando-se com prudência, é a receita para que o país se reencontre consigo próprio, e visualize seus caminhos.

Do contrário, torna-se triste realidade o que é hoje apenas sensação de naufrágio.

MIGUEL REALE JÚNIOR, 43, advogado e professor da Faculdade de Direito da USP, é assessor especial do Presidente do Congresso constituinte e presidente do Conselho Federal de Entrepessoas (Confen). Foi secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo (governo Moreira).